



## **A INFLUÊNCIA POMBALINA NAS EDIFICAÇÕES DOS CENTROS HISTÓRICOS DE SÃO LUÍS E ALCÂNTARA: UM ESTUDO A PARTIR DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS**

**Luisa Carvalho Venancio<sup>1</sup>; Margareth Gomes Figueiredo<sup>2</sup>**

(1) Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual do Maranhão  
Avenida dos Holandeses, Resid. Monet, Apto 902, Olho D'água. 65065-180 São Luis, MA, Brasil.  
Tel: (55 98) 3248 4667 luvenan@gmail.com

(2) Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual do Maranhão  
Rua dos Sabiás Q7 Lote 11, Cond. Ponta Negra Apto 901, Jardim Renascença. 65075-360 São Luís -  
MA, Brasil. Tel: (55 98) 322 7056 margothgf@hotmail.com

**Palavras-chave:** arquitetura pombalina, gaiola, centro histórico

### **RESUMO**

Nas cidades de São Luís e Alcântara, se encontram belos acervos arquitetônicos da época do Brasil colônia e império, mais especificamente dos séculos XVIII e XIX. São formados, em sua maior parte, “por prédios de função habitacional e comercial, representativos de um dos principais períodos econômicos do Estado.” (Silva Filho 1998, p.39). Este período tem início durante a segunda metade do século XVIII com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, investimento incentivado pelo Marquês de Pombal.

Neste momento, se estreitam as relações entre São Luís e Lisboa. Época que também ocorre a reconstrução da parte baixa de Lisboa, após o terremoto de 1755. Comandado pelo Marquês de Pombal, o processo de reconstrução se estendeu até meados do século XIX, trazendo consigo inovações na forma portuguesa de construir. O método escolhido se caracteriza pela racionalização, a padronização e a pré-fabricação de elementos construtivos. Surgem também preocupações com a segurança, entre elas a aplicação de sistemas contra incêndios e anti-sísmicos – o sistema construtivo de gaiola. Este sistema, tão engenhoso e de fácil execução, consiste de um esqueleto de madeira, recheado por alvenaria tradicional. A utilização em larga escala deste sistema na reconstrução de Lisboa se deve principalmente a dois motivos: a sua forte resistência a terremotos, preocupação principal na reconstrução da cidade, e a sua praticidade, pois suas peças poderiam ser produzidas em série e montadas no local. Este último fator, aliado às influências sócio-econômicas da época e ao status da gaiola como inovação tecnológica, fizeram com que fosse utilizado em alguns edifícios do Centro Histórico de São Luis e Alcântara.

Este artigo busca evidenciar a presença do sistema construtivo de gaiola em São Luis e Alcântara e estabelecer uma relação entre a arquitetura Pombalina de Lisboa realizada durante os séculos XVII e XIX e a arquitetura luso-maranhense.

### **1. INTRODUÇÃO**

Durante os séculos XVIII e XIX, o estado do Maranhão, na época Estado do Grão Pará e Maranhão, passou por um apogeu econômico que teve início em meados do século XVIII com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. São Luis chegou a ser a quarta maior cidade brasileira e possuía uma relação estreita com Lisboa. Enquanto a burguesia construía seus sobrados na cidade portuária, a aristocracia rural vivia em Alcântara. Desta época datam a maior parte dos edifícios dos centros históricos destas cidades.

Este período coincidiu com a reconstrução da Baixa de Lisboa, que ocorreu após o terremoto de 1755. A tragédia foi devastadora e o processo de reconstrução levou quase um século para se completar. Foi comandado pelo Marquês de Pombal e trouxe consigo inovações na forma de construir Portuguesa. Entre estas inovações está o sistema construtivo de gaiola – formado por um esqueleto de madeira recheado por alvenaria de

terra. No caso de um sismo a alvenaria cairia, mas o edifício permaneceria de pé. A gaiola, devido às influências socioeconômicas da época e ao seu status como inovação tecnológica, foi usada também em edificações de São Luis e Alcântara.

Este sistema construtivo, tão engenhoso e de fácil execução, é o foco principal desta análise. Buscaremos também analisar o uso deste sistema nos centros de São Luis e Alcântara e sua importância histórica como evidência da influência da arquitetura pombalina nestas cidades.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

Em 1621, o Rei Filipe III, da Espanha que na época dominava também Portugal criou o Estado do Maranhão, com capital em São Luís. Compreendia as terras que hoje pertencem ao Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins e parte de Goiás e dos estados amazônicos. Neste momento, a colônia se dividia em dois estados: o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O objetivo desta medida era de promover o desenvolvimento econômico da região, além de melhorar a defesa militar numa região importante por sua proximidade com a Amazônia. Mas isto não ocorre de imediato. Em 1654, o Estado do Maranhão passa a ser Estado do Maranhão e Grão-Pará. Durante todo esse período o estado do Maranhão permanece como uma das unidades portuguesas mais pobres.

Quase um século depois, em 1751, a capital é transferida para Belém e o nome do estado passa a ser Estado do Grão-Pará e Maranhão, cujo Governador-Geral era Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ministro e homem de confiança do Rei D. José. É Mendonça Furtado que escreve para seu irmão para convencê-lo a criar uma companhia de comércio para o estado. Em 1756, com o objetivo de aproveitar melhor o potencial econômico da região, é criada a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão. Em 1761, o sobrinho do Marquês de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas é nomeado governador da capitania do Maranhão e mais tarde, em 1772, quando ocorre a bipartição do Estado do Grão-Pará e Maranhão, se torna Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Piauí.

A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão desencadeia um processo de desenvolvimento econômico que faz com que São Luís seja, no ano de 1840, a quarta maior cidade brasileira. Durante esse período, a cidade portuária de São Luís mantinha relações mais estreitas com a metrópole do que com o resto do país. O incentivo à lavoura, ao comércio e à indústria geram mudanças substanciais no espaço urbano. A burguesia da capital enriquecia, e a aristocracia rural fazia moradia em Alcântara. Datam desta época os grandes sobrados e a maior parte do patrimônio arquitetônico dos centros históricos destas cidades, que possuem características bem específicas. Como diz Olavo Silva Filho (1998: 19):

*“Com a exportação do algodão, de arroz e de matérias-primas regionais, o Maranhão acumulou riquezas, em grande parte expressas pelo seu imenso e singular acervo arquitetônico, dominante em São Luís e Alcântara.”*

Uma das regiões que mais sofreu transformações no século XVIII, foi a Praia Grande. Até 1779, só possuía uma alfândega na atual escadaria do beco do comércio onde se armazenavam produtos de importação e exportação. Porém, o local era um grande alagado e as terras pertenciam ao Rei e não à Câmara Municipal. Foi necessário então um incentivo: em 1780 foi decretado que quem aterrassse o alagado com recursos próprios teria direito de construir e usar.

*“As precárias casas de taipa e palha são substituídas por sólidas edificações de alvenaria de pedra, com detalhes construtivos mais sofisticados e ao mesmo tempo adaptados ao clima, uma “arquitetura na medida exata da convivência do formalismo europeu com o meio tropical” (Silva Filho, 1998: 17).*

Algumas dessas transformações podem ser inicialmente relacionadas a uma grande tragédia que ocorre no ano de 1755, do outro lado do Atlântico, que afeta profundamente a cidade de Lisboa.

### **3. A RECONSTRUÇÃO DA BAIXA**

O terremoto de 1755 foi seguido por incêndios que duraram dias, destruindo mais de vinte mil edifícios e matando quase quinze mil pessoas. A parte baixa da cidade ficou completamente devastada assim como a moral dos moradores. Diante do caos, o Rei D. José encarregou o Marquês de Pombal de resolver a crise. Após as medidas de emergência, Pombal nomeou o engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia para executar a reconstrução de Lisboa. Ele apresentou, em suas dissertações, várias propostas para cada etapa do processo de reconstrução, deixando ao rei a responsabilidade de escolher a que julgasse mais adequada. A questão inicial girou em torno da localização da reconstrução, sendo que a opção escolhida é a de reconstruir a Baixa sobre os escombros da cidade antiga.

A segunda questão foi a respeito do traçado. Antes do terremoto, a parte baixa de Lisboa era um emaranhado de ruas, com edifícios desalinhados com elementos que se projetavam sobre as ruas. Estes fatores contribuíram para a destruição e a perda de tantas vidas no terremoto de 1755. Portanto, a criação de um traçado regular e ortogonal, além do alinhamento das fachadas e outras medidas de segurança, eram fatores de grande importância para prevenir outra tragédia. Então, um novo traçado é projetado. “O edifício de rendimento pombalino nunca surge como uma unidade isolada, mas sim agrupada em quarteirões” (Mascarenhas, 2005: 64). Desta forma, os quarteirões acabam formando uma única unidade, formal e estruturalmente.

A proposta inicial feita por Manuel da Maia e Eugênio dos Santos indicava que os edifícios teriam térreo e mais dois pavimentos, sendo que o térreo seria destinado ao comércio ou alguma outra atividade lucrativa. Esta idéia derivava da noção de que edifícios mais altos seriam mais instáveis. Entretanto, com o aumento da largura das ruas da parte baixa de Lisboa, foi necessário o acréscimo de mais dois pavimentos para que fossem entregues, aos proprietários originais, edifícios de área igual ou semelhante aos que possuíam antes do terremoto.

Portanto, a proposta implantada apresentava edifícios com cinco pavimentos, incluindo um sótão. O número de vãos por pavimento variava de dois a oito, com diferentes quantidades de vãos por edifício no mesmo quarteirão. Existia uma hierarquia na tipologia das fachadas, a qual obedece à importância das ruas.

Foram tomadas diversas medidas de segurança contra terremotos e eventuais incêndios. Entre estas estão as paredes corta-fogo, a proibição da existência de elementos salientes nas fachadas, como degraus, argolas, entre outros, a padronização da altura e das fachadas dos edifícios (evitando empenas desamparadas) e a utilização de um sistema construtivo que impediria o colapso do edifício no caso de sismo: a gaiola.

#### **3.1. O sistema de pré-fabricação**

A padronização e modulação dos edifícios eram preocupações presentes no plano de Manuel da Maia. Estes princípios permitiriam uma maior velocidade na execução das obras, pois as peças seriam fabricadas previamente, com medidas padronizadas, em oficinas espalhadas pela redondeza.

O traçado urbano foi condicionado pela modulação das fachadas dos edifícios. A unidade de medida para esta modulação foi o palmo (22,5 cm), na qual se baseavam também as peças pré-fabricadas. “Existem vários indícios de que os componentes seriam pré-fabricados segundo várias dimensões e formas que posteriormente os tornassem adaptáveis a qualquer edifício.” (Mascarenhas, 2005: 183). Dentre os elementos pré-fabricados, estão as peças formadoras da estrutura de gaiola, as cantarias e os corrimões das escadas, que

eram fabricados em blocos e depois fundidos para formar uma peça única. Pode-se dizer que os edifícios eram modulares, mas não é necessariamente correto afirmar que se tratava de edifícios pré-fabricados, pois apenas alguns elementos da construção eram pré-moldados.

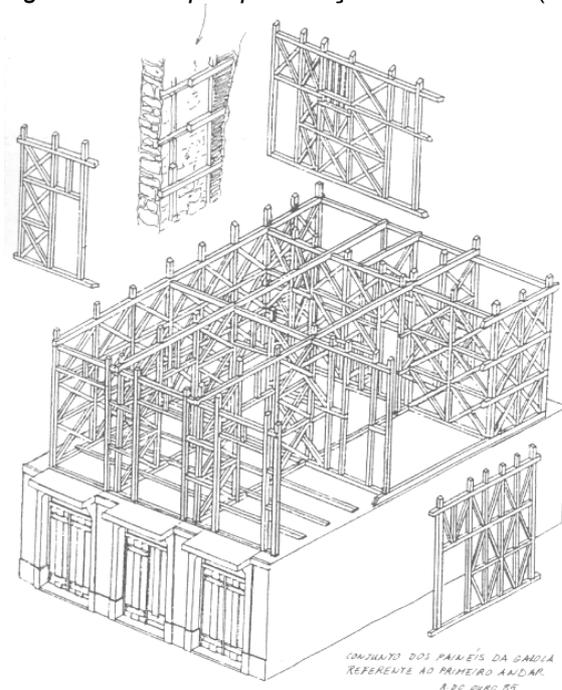
#### 4. A GAIOLA POMBALINA

A forma de construir procurada por Manuel da Maia visava velocidade e eficiência em um momento de escassez de material e mão-de-obra. Após o terremoto de Lisboa, o medo de uma tragédia como aquela se repetir era a principal preocupação. Isto faz com que sejam tomadas medidas preventivas, que incluem desde uma nova organização do traçado até uma forma de construir mais segura, que pudesse diminuir as chances de desabamento dos edifícios e minimizar o perigo para as vidas dos moradores. Edificações de cinco pavimentos seriam frágeis se construídos com os métodos comumente utilizados na época. O sistema construtivo de gaiola surge como a melhor maneira de atender todas essas necessidades.

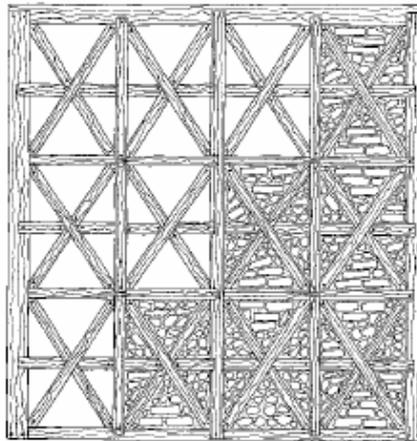
*“A gaiola pode ser descrita como uma estrutura constituída por um esqueleto em madeira dentro duma construção de alvenaria ‘tradicional’: no caso duma ocorrência sísmica, mesmo com a provável desintegração e esboroamento da alvenaria, o esqueleto de madeira resistiria e manter-se-ia de pé.”* (Santos, 2005: 141).

De origem desconhecida, este sistema se constitui de um esqueleto de madeira, formado por peças verticais e horizontais (prumos e travessanhos) e de peças em diagonal, formando várias cruzes de Santo André (figura 1). Este esqueleto era revestido ou com um fasquiado de madeira seguido do reboco de barro ou com pedras pequenas e argamassa de terra e cal, como se pode observar na figura 2. Em todos estes casos, o revestimento é frágil, o que ajudaria a dissipar energia no caso de um abalo. A grande eficiência deste sistema se dá pela combinação entre a madeira e a alvenaria de pedra.

*“Sendo a cruz de Santo André, componente dos frontais tecidos, o ex-libris da própria ideia de construção pombalina esta é, na essência, a notável combinação da alvenaria pesada, rígida e frágil, com a madeira leve, flexível e resiliente, que, no conjunto, asseguram um desempenho notável quer para cargas verticais quer para forças horizontais.”* (Appleton, 2003: 300).



**Figura 1** – Esqueleto de madeira de um edifício da Baixa Pombalina. Fonte: Mascarenhas, 2005.



**Figura 2** - Desenho de parede em cruz de Santo André. Fonte: Cóias, 2007.

As peças de madeira eram fabricadas em oficinas espalhadas por toda a cidade. Os elementos principais eram longos, enquanto que os de travamento eram curtos. Esta medida permitia a modulação do sistema que se adaptava ao pé-direito do pavimento e permitia a inserção de portas entre módulos. Esta estrutura não aparece no piso térreo, que é formado por paredes mestras e pilares ligados por arcos e, em alguns casos, também por abóbadas. Existe então uma planta livre neste piso, o que era adequado ao uso comercial ou industrial que lhe era atribuído. Este detalhe também afastava as peças de madeira do terreno e da água, diminuindo a sua exposição a intempéries.

As paredes externas são as principais, construídas de pedra e cal, possuem espessura que varia de 0,9 m a 1,1m no térreo, diminuindo a cada piso. A partir do primeiro andar, essas paredes possuem uma grade de madeira voltada para o lado interno da edificação, que serve para fazer o travamento dos pisos e o encaixe com as paredes internas. No pavimento térreo, existem outras paredes do mesmo material que fazem as divisórias internas, além de arcos ou abóbadas de alvenaria de pedra que criam a sustentação dos pavimentos superiores. Nos pavimentos seguintes são substituídos pelas paredes em cruz de Santo André, com espessura média de 20 cm.

O sistema de Gaiola surge como parte da modulação e padronização da forma de construir utilizada na Baixa Pombalina, agilizando a construção de edifícios. Ele surge como resultado de uma racionalização e preocupação com a proteção diante de futuros desastres. “A construção pombalina representa o sistema construtivo mais aperfeiçoado e original que alguma vez se utilizou num País que não é conhecido pelos seus avanços na inovação tecnológica.” (Appleton, 2003: 299).

Observa-se que a grande inovação da reconstrução da Baixa não foi a invenção do sistema, mas sim a forma como foi implantada. As fachadas uniformes e modulares do plano de reconstrução permitiam a padronização. As peças eram fabricadas separadamente, em grande quantidade, podendo ser utilizadas em vários edifícios. “A simplicidade das construções pombalinas resulta portanto de um esforço de racionalização que visava a garantia do controlo da qualidade urbanística, arquitectónica construtiva e estrutural.” (Appleton, 2005: 129).

É importante notar que o sistema construtivo de gaiola foi utilizado não apenas na Baixa, mas em toda Lisboa até o início do século XIX. Apenas com a introdução de novos materiais estruturais, como o ferro e o concreto armado, foi que o sistema caiu em desuso.

## **5. A INFLUÊNCIA POMBALINA EM SÃO LUÍS**

Podemos afirmar que a arquitetura da reconstrução da Baixa Pombalina exerceu uma influência direta sobre a construção do bairro da Praia Grande, localizado no centro histórico de São Luís. Além de terem sido construídos no mesmo período histórico, as relações entre Lisboa e São Luís eram bastante estreitas naquele momento.

*“São Luís, capital do Maranhão, é outra cidade do norte que vem se colocar ao lado de Belém, em aspectos que evocam o Pombalino, sobretudo na arquitetura civil. Nessa perspectiva, o conjunto de edificações da Praia Grande, sobretudo por sua volumetria, está a merecer mais aprofundado estudo.”* (Toledo, 2004: 139).

Enquanto na Baixa Pombalina foi criado um novo traçado, ortogonal e racional, em São Luís este traçado já existia há mais de cem anos, idealizado pelo engenheiro Francisco Frias de Mesquita. Este traçado difere do plano de Lisboa principalmente pela falta de hierarquia de ruas. Entretanto, apesar da regularidade das ruas, a unidade do quarteirão, típica da Baixa de Lisboa, não é uma constante em São Luís. Na maioria das ruas, os edifícios diferem em alturas: um sobrado de quatro pavimentos pode estar ao lado de uma edificação térrea. Ainda assim, é possível identificar diversos elementos da influência pombalina nas ruas do centro histórico.

Como a preocupação com terremotos não está presente na terra tropical, o que chega até aqui é a noção estética do estilo pombalino que, ao contrário das tendências barrocas do resto da Europa, propõe um regresso a formas mais simplificadas. Alguns edifícios chegam a seguir tipologias de fachada que pertenciam às propostas iniciais da reconstrução de Lisboa. Outros apresentam elementos formais das fachadas-tipo pombalinas. Além disso, uma observação mais cuidadosa dos edifícios da Praia Grande sugere que o sistema de pré-fabricação também exerce sua influência, da qual a evidência mais nítida é a utilização da gaiola na estrutura dos edifícios. O sistema de gaiola foi trazido devido principalmente às influências sócioeconômicas do período, em um momento em que a cidade de São Luís usufruía de uma relação próxima com a metrópole. Além disso, contribuiu também para sua utilização a praticidade do sistema de gaiola e seu status como inovação tecnológica.

## 6. A CRUZ DE SANTO ANDRÉ EM SÃO LUIS E ALCÂNTARA

Foram encontrados nove edifícios com paredes em cruz de Santo André no centro de São Luís<sup>1</sup> e um em Alcântara<sup>2</sup>. Em muitos destes edifícios observa-se que o sistema de gaiola foi usado de forma bastante semelhante, se não idêntica, a forma como era usado na Baixa de Lisboa. Em um destes edifícios, o Solar dos Leite (Rua Afonso Pena, 46), comprovou-se que a maioria das paredes internas dos pavimentos superiores apresentam sua estrutura em Cruz de Santo André (figura 3), com exceção de uma parede no segundo pavimento que é em taipa comum. No térreo, existem arcos que sustentam os pavimentos superiores. O único elemento do sistema que não foi confirmado neste edifício, foi a existência da grade de madeira por trás das paredes externas.



**Figura 3** – Paredes do Solar dos Leite com reboco deteriorado, mostrando a estrutura em cruz de Santo André. Foto: Luisa Venancio

Nos outros edifícios pesquisados não foi possível confirmar todos estes detalhes, sendo que em uns sabe-se que a Cruz de Santo André foi usada em várias paredes e em outros apenas em uma ou duas. Em todos os casos os edifícios possuem mais de um pavimento, sendo que as paredes com cruz de Santo André nunca se encontram no primeiro piso.

Observa-se também que, em Portugal, as paredes em cruz de santo André eram preenchidas de várias maneiras, podendo ser feitas com barro, tijolos ou mesmo com pedras pequenas e argamassa de cal. no Maranhão, as paredes em Cruz de Santo André eram preenchidas com barro, de forma semelhante à taipa (figura 4). A única exceção encontrada foi o sobrado de Alcântara, no qual se observa o uso de pedras neste preenchimento (figura 5).



**Figura 4** - Parede com estrutura de gaiola. Fonte: Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão, 1992.



**Figura 5** - Parede de um o sobrado em Alcântara com estrutura em Cruz de Santo André – observa-se o uso da pedra no preenchimento da parede. Foto: Margareth Figueiredo, 2006

Assim como em Portugal, alguns edifícios que possuem estrutura pombalina no Maranhão têm sofrido um processo de degradação causado pela negligência e pelas intempéries. Esta degradação, em particular a dos rebocos, foi o que permitiu a identificação das paredes com cruz de Santo André nos imóveis tombados. Nos edifícios já recuperados, foi necessária a pesquisa em arquivos para localizar a documentação fotográfica que comprove a presença da estrutura de Gaiola. Portanto, é provável que existam outros edifícios com paredes de estrutura em cruz de Santo André, mas que ainda não tenha sido possível identificá-los.

## 7. CONCLUSÕES

Podemos concluir que o contexto político e socioeconômico da época cumpriu um papel importante para que a Arquitetura Pombalina afetasse a forma de construir dos edifícios do Centro Histórico de São Luís. O acelerado desenvolvimento econômico da cidade de São Luís durante os séculos XVIII e XIX levou a construção dos edifícios do Bairro da Praia Grande que coincidiu como período de reconstrução da Baixa de Lisboa. A ligação entre São Luís e a metrópole, que já era estreita naquele período, foi acentuada pela relação de parentesco entre o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Marquês de Pombal.

Estes fatores aliados à praticidade do sistema de gaiola e ao seu status como inovação tecnológica contribuíram para que este fosse utilizado nas edificações maranhenses. Foi identificado um número razoável de imóveis com paredes em cruz de Santo André, o que comprova a presença desta influência. Devido às dificuldades na identificação nos edifícios tombados que não apresentam deterioração no reboco deixando a leitura do sistema construtivo evidente, é possível que existam outros imóveis.

## BIBLIOGRAFIA

- APPLETON, João. (2005) **Segurança sísmica de edifícios pombalinos**. In: FUNDAÇÃO luso-americana. O grande terramoto de Lisboa – Volume 2: a protecção. Lisboa: Flad e Público, p.129-148
- APPLETON, João. (2003) **Reabilitação de edifícios antigos: patologias e tecnologias de intervenção**. Afragide: Orion, 2003.
- Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional do Maranhão.
- Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão, 1992.
- CÓIAS, Vítor. (2007) **Reabilitação estrutural de edifícios antigos**. 2 ed. Lisboa: Argumentum/Gecorpa.
- MASCARENHAS, Jorge. (2005) **Sistemas de Construção. Volume V – O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa**. 2ed. Lisboa: Editora Livros Horizonte
- SANTOS, Maria Helena (2005). **A Baixa Pombalina: passado e futuro**. 2 ed. Lisboa: Horizonte.
- SILVA FILHO, Olavo (1998) **Arquitetura Luso-brasileira no Maranhão**. 2 ed. Belo Horizonte: Formato.
- TOLEDO, Benedito (2004). **A ação dos engenheiros-militares na ordenação do espaço urbano no Brasil**. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.) A construção da cidade brasileira. Lisboa: Livros Horizonte, p. 129-149.

## NOTAS

1 – Endereços: Rua da Estrela 363; Rua do Giz 235; Rua da Palma 66; Rua da Palma 220; Rua da Palma 336; Rua Afonso Pena 46; Rua de Nazaré 184; Rua de Santo Antonio 161; Rua dos Remédios 60/84; Todos os edifícios são no bairro do Centro, em São Luís, MA.

2 – Endereço: Rua Direita, 102, Centro – Alcântara, MA

## AUTORAS

Luisa Carvalho Venancio, aluna do 6º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão - 2007. Pesquisa de Iniciação Científica BIC-UEMA, intitulada “A influência pombalina nas edificações dos centros históricos de São Luís e Alcântara: um estudo a partir dos sistemas construtivos.”

Margareth Gomes Figueiredo, arquiteta mestre em Conservação Urbana pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professora do Curso de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA e Diretora de Projetos Especiais da Superintendência do Patrimônio Cultural do Maranhão.